



A REVISTA *BRASIL-OESTE* E O GOVERNO JOÃO GOULART: A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA.

Eduardo de Melo Salgueiro*
(Universidade Federal da Grande Dourados)

Resumo: Este trabalho analisa alguns textos publicados em um periódico que circulou nacionalmente entre os anos de 1956 e 1967. Trata-se da revista *Brasil-Oeste*, produzida no Estado de São Paulo, mas que se dedicou mostrar as potencialidades da região Centro-Oeste do Brasil, com especial atenção para o Estado de Mato Grosso e que tinha como público alvo, fazendeiros, investidores e políticos do país. Nesse sentido, busca-se fazer um exame pontual em relação ao posicionamento estabelecido por esse mensário frente ao projeto de reforma agrária proposto pelo governo do Presidente João Goulart.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; *Revista Brasil-Oeste*; Governo João Goulart, desenvolvimento.

Abstract: This work analyzes some texts published in a magazine that circulated nationally between the years of 1956 and 1967. This is the *Brasil-Oeste* magazine, that was produced in the State of São Paulo and was devoted to show the potentialities of center-west area of Brazil, with special attention to the State of Mato Grosso and had as public, farmers, investors and political of the country. Therefore, we try to do a punctual analysis in relation to the established positioning for this newspaper front to the project of agrarian reform articulated by President João Goulart's Government.

Key-words: Agrarian Reform; *Brasil-Oeste* Magazine; João Goulart's Government, development.

Introdução

É considerável o crescente interesse por parte dos historiadores nos últimos anos em relação ao período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Vale lembrar que uma maior importância aos estudos acerca de tal conjuntura foi acentuada quando completaram os 40 anos do Golpe Militar que destituiu João Goulart da cadeira de Presidente da República. Como ressalta Caio Navarro de Toledo, diversos debates foram feitos no ano de 2004 para levantar algumas reflexões sobre o tema em encontros organizados por

www.veredasdahistoria.com

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

*universidades públicas e algumas faculdades privadas, entidades culturais, órgãos públicos, sindicatos de trabalhadores e os meios de comunicação promoveram palestras, seminários, mesas-redondas, entrevistas, depoimentos, exposições iconográficas sobre este crucial momento da recente história política brasileira; novos livros e algumas reedições sobre esse período também foram publicados.*¹

Marcelo Badaró Mattos indica que a nova onda de estudos acadêmicos voltados para tal período foi insuflada em decorrência das datas comemorativas que relembrou a época, “dos quarenta anos do golpe militar de 1964, comemorados em 2004; e os trinta anos da morte de Goulart, completados em 2006”.² O próprio autor fez um balanço historiográfico acerca do tema, dividindo a produção histórica que se dedicou a debater essa questão em quatro ciclos.

Não cabe aqui reproduzirmos na íntegra todas essas fases elaboradas pelo autor, porém, de maneira bem resumida, a produção historiográfica foi dividida por ele da seguinte maneira: 1) na década de 1970 havia uma tendência em enfatizar questões econômicas e políticas sobre o golpe, tais como a ‘crise de acumulação’ e a ‘crise do populismo’; 2) na década de 1980, surge uma abrangente análise sobre as articulações entre setores das classes empresariais e os militares, que, descontentes com o Governo Goulart, planejaram o golpe antecipadamente; vale destacar, Dreifuss e Gorender³ como importantes pesquisadores desse momento; 3) na década de 1990, algumas novas teses foram apresentadas, resultado de debates que questionavam historiograficamente os estudos do período anterior, uma vez que valorizavam em demasia às questões econômicas. Essa renovação utilizou-se de novas ferramentas de pesquisa e análise, tais como a história oral, por exemplo. Vale destacar o trabalho efetuado pelo grupo do CPDOC/FGV e autores como Argelina Figueiredo e Glauco Ary Soares⁴; 4) nos mais

¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 27-48, 2006. pp. 27.

² MATTOS, Marcelo Badaró. O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n° 55, o, 245-263, 2008. pp. 245.

³ DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 2a ed. São Paulo: Ática, 1987.

⁴ FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; SOARES, Gláucio Ary. “O golpe de 64”. In: SOARES,



recentes estudos, formulados a partir do início do século XXI, algumas opiniões são radicalizadas ao ponto de negar qualquer motivação econômico-social, desabando em explicações ou em teorias que apontam uma equidade de interesses golpistas tanto por parte da esquerda como por parte da direita⁵; dentre esses trabalhos, destacam-se Daniel A. R. Filho, Jorge Ferreira, Elio Gaspari, e Marco Villa⁶.

É importante, no entanto, dizer que os trabalhos elaborados em meados dos anos 2000 não se resumem tão somente a refutar as teses e hipóteses dos estudos historiográficos dos períodos anteriores. No ano de 2006, Marieta de Moraes Ferreira organizou uma obra com vários artigos reunidos para estudar especificamente a trajetória política de Jango. Segundo a autora, se o presidente Jango não pôde “implementar reformas importantes demandadas pelos trabalhadores e pela sociedade brasileira de sua época, seu governo funcionou como um campo de experiências, onde inúmeras ideias e novas propostas emergiram”⁷.

Em entrevista concedida ao *Instituto Humanitas Unisinos*, a referida autora entende que foi nesse período que alguns debates em torno dos problemas sociais que afligiam o país foram intensificados, tais como as reformas trabalhistas no campo e a reforma agrária, articuladas pelo governo Goulart, vejamos:

Um dos principais pontos que Jango defendia, e que era bastante polêmico, era levar a legislação trabalhista ao campo. Essa era uma proposta que vinha já desde o tempo do Governo de Getúlio Vargas, que desenvolveu a legislação trabalhista para os trabalhadores urbanos, mas os trabalhadores rurais ficaram de fora. Durante o

Gláucio Ary; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n° 55, o, 245-263, 2008. pp. 245-248.

⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Org.). **As esquerdas no Brasil**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; VILLA, Marco. **Jango**. Um perfil (1945-1964). Rio de Janeiro, Editora Globo, 2004.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 28.



governo *JK*, essa questão ficou silenciada e quando Jango assume, levanta essa bandeira que era vista como algo revolucionário.⁸

A tentativa de Jango implementar mudanças estruturais dessa ordem no país provocou reações diversas em todo o Brasil, e nesse sentido, é válido dizer que os meios de comunicação tiveram grande importância naquela conjuntura, pois a grande imprensa “na sua extensa maioria apoiou a derrubada de Goulart e teve um comportamento ambíguo e complacente face à ditadura militar”⁹. Por conta disso, buscamos fazer uma análise pontual em relação ao papel desempenhado pela revista *Brasil-Oeste* frente às propostas apresentadas pelo Governo de Jango.

É importante frisar que a história da imprensa, a renovada história política e os estudos sobre o tempo presente estão em voga nas pesquisas historiográficas há algum tempo e nos servem para compreender alguns fenômenos sociais dentro de conjunturas mais próximas da atualidade. Até os anos de 1970 as pesquisas em revistas, jornais ou qualquer tipo de mídia impressa “pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”¹⁰. Porém, em razão das novas possibilidades no manuseio de fontes históricas e inovações metodológicas, resultados de toda a discussão historiográfica que se deu na segunda metade do século XX, a pesquisa em fontes dessa modalidade é cada vez mais utilizada nos estudos acadêmicos. Dentre as diversas razões para esse fenômeno, é importante salientar que o historiador passou a observar o *impresso periódico* sob outra perspectiva, isto é, “não como um simples instrumento de informação, mas também sob o caráter de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”¹¹.

⁸ IHU – Instituto Humanitas Unisinos. *Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira*. http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2421 acessado em 05 de agosto de 2009.

⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 19, 2006, pp. 27-48.

¹⁰ DE LUCA, Tânia Regina. *História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo/ Ed. Contexto, 2005. pp. 111.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. Alfa-Omega, 1980.



Assim, é notável que exista uma extensa gama de interesses por trás das páginas “informativas” de uma revista ou jornal. Nesse sentido, a operacionalidade do conceito de *representação* de Chartier é perfeitamente aplicável para essa modalidade de fonte histórica, uma vez que o jornal ou a revista é um dos canais ou “mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”¹².

Vale dizer que desde a década de 1950 a imprensa se modificava, consolidando o perfil empresarial de gestão e deixando um pouco de lado a tendência de “tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião”¹³. Buscou-se a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, que foi muito importante na construção de sua legitimidade, porém, era necessário fazer um jornalismo moderno, permeado pela busca da neutralidade e objetividade¹⁴.

Contudo, como dissemos anteriormente, alguns pesquisadores apontam a forte presença da imprensa no papel de oposição ao governo de João Goulart em relação ao levante organizado, sobretudo, por militares. Teria a revista *Brasil-Oeste* se posicionado objetivamente em relação a essa questão, ou a neutralidade foi deixada de lado em favor do jornalismo de opinião? É isso que analisaremos a seguir.

Revista *Brasil-Oeste*

A revista *Brasil-Oeste* foi um periódico especializado em difundir reportagens sobre técnicas e dicas ao empreendimento agropastoril, além de divulgar informações sobre a conjuntura econômica e política da região Centro-Oeste, especialmente o antigo

¹² CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. pp.17.

¹³ RIBEIRO, Ana Paula G., Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950, **Estudos Históricos** - CPDOC/ FGV, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003. pp.148.

¹⁴ BARBOSA, Marialva, **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, pp. 150.



Estado de Mato Grosso.¹⁵ Esse mensário foi idealizado pelo jornalista Fausto Vieira de Campos em conjunto com Alberto Leme, seu diretor-proprietário. Era produzido na cidade de São Paulo (SP), por meio da *Brasil-Oeste Editôra*, que incluía como sócio, além do supracitado jornalista, seu filho, Fausto M. G. de Campos.

Fausto Vieira de Campos reuniu em torno de si e do seu projeto editorial uma gama de colaboradores e correspondentes, localizados em vários lugares do país, e o papel desses elementos na revista foi muito importante. Em relação aos primeiros, pela representação e o prestígio que poderiam trazer ao periódico; e sobre os últimos, o papel de distribuição, coleta de publicidade, e reportagens sobre suas localidades.

As temáticas editoriais da revista *Brasil-Oeste* almejavam auxiliar os produtores e investidores da região em prol do desenvolvimento do oeste do país, especialmente Mato Grosso e Goiás. O momento era especial para tal tarefa, uma vez que a imprensa passava por modificações impressionantes, tanto no que diz respeito às novas possibilidades de produção e distribuição, aumento de publicidade, barateamento de custo e também o papel de reformulação da profissão jornalística.

Muitos estudiosos da imprensa¹⁶ consideram a década de 1950 como um período peculiar na trajetória do jornalismo brasileiro, resultado de mudanças cruciais. “De acordo com o espírito do tempo dos anos JK, em que desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários [...] apressam-se em se transformar”¹⁷.

No Brasil, o jornalista tentava se distanciar da imagem de mero reprodutor da fala política. Para tanto, buscava-se pela “mítica da objetividade [...] fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única

¹⁵O antigo Mato Grosso compreende o período anterior ao ano de 1977, quando houve a divisão do Estado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, sob o regime do então presidente Gal. Ernesto Geisel e que culminou com a criação do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁶ Ver: **ABREU, Alzira Alves de. *Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50***, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996; **BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000***; **RIBEIRO, A. P. G. . *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos Históricos*** - CPDOC/ FGV, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.

¹⁷ **BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000***, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, pp. 149.



atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor”¹⁸. Esse era um dos passos necessários para a profissão jornalística ganhar respeito enquanto “força de ação intelectual”, situada “acima da sociedade” e capaz de reproduzir os acontecimentos da melhor maneira para o seu leitor, de modo que este compreenda os fatos da realidade, *por meio da palavra* autorizada do jornalista.

Este é um tipo de jogo de representação, de constituir-se como grupo. Por isso, o “discurso jornalístico passou a se revestir de uma ‘aura de fidelidade aos fatos’, que lhe conferiu um considerável poder social”¹⁹. Assim, não será apenas no campo político que vai exercer sua força, mas, “sobretudo conseguir mobilização maior do público. Quanto maior a sua audiência, maior sua divulgação e a lógica da conquista do próprio poder”, assim, o “momento social da década de 1950”, se faz crucial para uma imprensa que quer se transformar no porta-voz “da modernização”²⁰.

Fausto Vieira de Campos sentia-se como aquele cuja missão era fazer ecoar as vozes do ‘esquecido’ Estado de Mato Grosso, usando do poder e da credibilidade de sua profissão, para ‘descobrir’ e tornar conhecido o ‘gigante do oeste’ brasileiro, conforme escreveu em diversas ocasiões durante o período em que a revista circulou.

Assim, *Brasil-Oeste* insere-se nesse processo, não apenas como um periódico “depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, mas especialmente “como uma força ativa da história”²¹, tal como os periódicos devem ser entendidos. Esta constatação não se dá ao léu, pois quando do surgimento da primeira edição da revista, um tipo de *manifesto-programa* foi publicado e estabeleceu os principais objetivos desse mensário. Vejamos:

¹⁸ BARBOSA, Marialva, **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, pp. 150.

¹⁹ RIBEIRO, Ana Paula G., **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**, Rio de Janeiro: E-papers, 2007, pp. 14.

²⁰ BARBOSA, Marialva, **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, pp. 153.

²¹ CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007, pp. 257



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

Nossa revista tem uma finalidade precípua: tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro, compreendida pelos Estados de Mato Grosso e Goiás.

De modo geral, entretanto, merecerão acolhimento, em nossas colunas, todos os fatos relacionados com os Estados que confinam com Mato Grosso, dada a identidade de interesses que existe entre eles.

Não temos ligações com grupos políticos nem econômicos. Nossa atuação obedecerá a um roteiro superior, tendo em vista difundir a maior soma de conhecimentos sobre as regiões brasileiras que estabelecemos como quadro natural de nossa atividade jornalística.

Todos os problemas geoeconômicos que digam respeito aos Estados de Mato Grosso e de Goiás e aos Territórios do Guaporé e do Acre serão gradativamente examinados em nossas colunas, de modo que se esboce, através de uma honesta difusão de opiniões, uma solução adequada e justa para eles.

Particular interesse merecerão de nossa parte os assuntos agropecuários, pois que nesse ramo de atividades se fundamenta a parcela mais ponderável da economia dos Estados do Centro-Oeste²².

Almejava-se, então, “tornar mais conhecida e melhor compreendida a vasta região do Centro-Oeste brasileiro”, porém, sem “ligações com grupos políticos nem econômicos”. Aí reside a tentativa de manter a objetividade e neutralidade. O jornalismo da *Brasil-Oeste* obedeceria a um “roteiro superior” que, mais uma vez, significava dizer que se tratava de um tipo de *missão jornalística* em prol da coletividade.

Contudo, por estar congregada aos principais políticos da região e tendo “como público alvo os fazendeiros e investidores, as matérias e os anúncios, destinavam-se à elite agrária do Estado de Mato Grosso”²³, as temáticas editoriais da revista eram divididas em tópicos que pudessem auxiliar os setores ligados à produção, e engajados no projeto desenvolvimentista da época.

Alcir Lenharo escreveu em artigo que debatia os problemas de terras e colonização mato-grossenses fez uso da *Brasil-Oeste* enquanto fonte e a classificou

²² Revista Brasil-Oeste, ano I, n° 1. Janeiro de 1956, São Paulo, pp. 2. Optamos por manter a ortografia da época em todos os casos em que citarmos trechos de textos publicados na revista. Os grifos em negrito são nossos.

²³ LEITE, Eudes Fernando. *Reforma Agrária* nas páginas da Revista Brasil-Oeste. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995, pp. 71.



como um órgão midiático que “organiza[va] uma estratégia de defesa da política liberal de colonização. Com ramificação em Mato Grosso, a revista funcionava como meio de difundir o comércio de terras”²⁴.

Eudes Fernando Leite foi o primeiro pesquisador a fazer uso da revista como *objeto* principal de análise em artigo publicado em meados da década de 1990 e é categórico quando a descreve. Vejamos:

*Dando ênfase aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país, além, do Centro-Oeste, Brasil-Oeste não poderia ser tomada apenas como veículo informativo sem maior importância. Mesmo porque, para uma revista de seus padrões, que ao cabo dos anos 50 conseguia realizar edições mensais é bastante significativo, especialmente se não dissociarmos este detalhe do contexto geográfico. A Editora Brasil-Oeste, responsável pela Revista montou uma boa infra-estrutura [...] Não se tratava, pois, de uma simples aventura editorial, mas de um projeto elaborado e apoiado pela elite mato-grossense.*²⁵

Mesmo tentando demonstrar certa objetividade, em algumas publicações, a própria revista deixava indícios que contrariavam tal postura, uma vez que não é difícil encontrarmos alguns tópicos que contradizem a tentativa de manter neutralidade em relação aos fatos políticos, conforme veremos mais adiante frente ao seu posicionamento perante o governo Jango. Por trás da “mítica pela objetividade”, havia um *projeto direcionado* com objetivos claros, supostamente em favor da ‘coletividade’, ou seja, do ‘desenvolvimento’ (capitalista) do oeste brasileiro. Teria sido João Goulart e suas reformas um empecilho para o progresso?

É importante lembrarmos que João Goulart ocupou a presidência do país logo depois da renúncia do então presidente Jânio Quadros,²⁶ num clima de grande tensão nacional. Havia forte pressão por parte dos setores conservadores da política para que Goulart não assumisse a cadeira da presidência da república. No entanto, sua posse

²⁴ LENHARO, Alcir. *A terra para quem nela* não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, 1986. pp. 57.

²⁵ LEITE, Eudes Fernando. *Reforma Agrária* nas páginas da Revista Brasil-Oeste. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995, pp. 69.

²⁶O Presidente Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto do ano de 1961.



só foi tolerada quando no dia 2 de setembro, o Congresso Nacional aprovou a emenda parlamentarista. Conforme informa Caio Navarro de Toledo,

Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros. Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “golpe branco”. O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46²⁷.

O regime presidencialista só voltou a vigorar no Brasil no ano de 1963, “após a contundente derrota do regime parlamentarista”²⁸ e Goulart finalmente tinha nas mãos de seu governo, a chance de projetar um plano governamental com maior autonomia para o país.

Em decorrência da grande crise econômica que assolava a nação, o governo Jango procurou achar soluções para alavancar o país economicamente. De forma bem resumida podemos destacar o *Plano Trienal* elaborado por Celso Furtado (Ministro do Planejamento) e San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda), que buscava

compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de esquerda, o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática, o Plano pedia — como todos os planos de “salvação nacional” — que os trabalhadores (novamente) “apertassem os cintos”, em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora.²⁹

²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004. pp. 18.

²⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004. pp. 15.

²⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004. pp. 16.



Contudo, alguns setores da esquerda ficaram descontentes com tal plano, uma vez que isso afetava diretamente os salários dos trabalhadores e no final do ano de 1963, “o malogro do *Plano Trienal* era reconhecido por todos: não ocorreu nem desaceleração da inflação nem aceleração do crescimento. Houve, sim, inflação sem crescimento”³⁰. Assim, rapidamente Goulart levantou a bandeira para as reformas de base, tendo na reforma agrária, seu principal tópico.

O posicionamento da revista *Brasil-Oeste* frente aos projetos de reformas sociais era de preocupação uma vez que no “conjunto das propostas contidas no anúncio das reformas de Goulart, o aspecto que mais preocupou as *classes conservadoras* de Mato Grosso foi o tema das mudanças na estrutura fundiária do Brasil”³¹. Vale lembrar que um dos maiores empecilhos para que uma reforma agrária fosse realizada residia no artigo 141 da constituição de 1946, que condicionava as desapropriações de terra sob indenização prévia em dinheiro. Isso inviabilizava as reformas, uma vez que seria muito oneroso para a União. Conforme ressalta Marieta de Moraes Ferreira,

*para fazer reforma agrária, era necessário desapropriar terras e isso, segundo a constituição, implicava em pagar com dinheiro aos proprietários que tivessem suas terras desapropriadas e, dentro daquela situação crítica da economia brasileira, havia uma dificuldade muito grande em ter esses recursos para fazer essa desapropriação. Então, a proposta desses grupos de esquerda era a desapropriação com títulos da dívida pública, o que implicava numa mudança da constituição, porém essa mudança esbarrava numa barreira muito grande porque o congresso não aceitava fazê-la*³².

Nesse sentido, a manutenção de tal artigo na constituição dificultava o procedimento da reforma agrária e uma possibilidade para romper aquele obstáculo consistiria em articular politicamente o congresso para que se pudesse estudar uma

³⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004. pp. 17.

³¹ LEITE, Eudes Fernando. *Reforma Agrária* nas páginas da Revista Brasil-Oeste. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995, pp. 71. Os grifos são do autor.

³² IHU – Instituto Humanitas Unisinos. *Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira*. http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2421 acessado em 05 de agosto de 2009.



emenda constitucional. Isso provocou certa revolta, principalmente nas “entidades ruralistas, setores da Igreja católica, partidos liberais-conservadores (UDN e setores majoritários do PSD) e a grande imprensa, fizeram campanha nacional contra a chamada reforma agrária ‘radical’ do governo”³³.

O posicionamento da *Brasil-Oeste*, como não é muito difícil de presumir, era de total contrariedade a qualquer articulação que se encaminhasse para uma possível mudança constitucional, conforme notaremos no trecho a seguir, retirado do artigo intitulado “Reforma Agrária: articula-se a anulação do direito de propriedade”, publicado em abril de 1963 pela revista:

*O anteprojeto de lei apresentado ao Congresso Nacional está eivado de disposições subversivas e atentatórias do direito de propriedade, e, ademais, preceitua que as expropriações serão indenizadas em títulos de dívida pública.*³⁴

Mais adiante, no mesmo artigo, observaremos que a *Brasil-Oeste* se apoia no discurso realizado pelo Deputado Amaral Neto, “vice-líder da UDN, no Congresso Nacional”, para fundamentar sua preocupação em relação à inviabilidade do pagamento aos desapropriados via títulos públicos e num segundo momento, nas possíveis consequências das atitudes do governo federal, que poderiam culminar numa república sindicalista. Vejamos o trecho do discurso do deputado, reproduzido no artigo da revista:

Somos favoráveis à obrigatoriedade da desapropriação com pagamento prévio e em dinheiro, para que essa desapropriação não se transforme num verdadeiro confisco, com pagamento em títulos da dívida pública, que, pela desvalorização, se tornariam praticamente inegociáveis. [...] Ninguém deve ter ilusões sobre [sic] os propósitos do Presidente da República, do Deputado Leonel Brizola e dos esquerdistas atuantes que se elegeram na Câmara Federal. O que eles [sic] pretendem [...] não é a reforma agrária, nem a bancária, nem a tributária, mas, sim, a reforma do regime, não para corrigir-lhe os

³³ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004. pp. 22.

³⁴ Revista *Brasil-Oeste*. Ano VIII, n° 80. Abril de 1963, São Paulo-SP, pp. 27.



*êrros, mas para transformá-lo naquilo que é antigo sonho do Sr. João Goulart: a República Sindicalista.*³⁵

Durante todo o ano de 1963 a revista *Brasil-Oeste* se preocupou em difundir mensagens contrárias às iniciativas de Jango publicando diversos artigos em que advertia seus leitores sobre os males de uma possível reforma agrária e outras medidas pensadas pelo governo. Em quase todos os meses do ano, o referido periódico publicou textos estritamente ligados à questão da reforma agrária, inclusive, abrindo espaço para políticos opositores ao governo Goulart, principalmente vinculados à União Democrática Nacional (UDN), fundamentar suas críticas.

Como se sabe, o presidente João Goulart assinou, no famoso comício da Central do Brasil, no dia 13 de março do ano de 1964, o Decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), em que legalizava a desapropriação de terras que ladeavam os eixos rodoviários federais, conforme trecho a seguir:

*Declara de interesse [sic] social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.*³⁶

Em decorrência dessa medida, um tom agressivo fez-se perceber no artigo intitulado “Demagogia e irresponsabilidade”, do editorial de março de 1964, quando foi publicado um manifesto contrário ao decreto assinado pelo presidente João Goulart que autorizava desapropriações de terras à margem das rodovias, ferrovias e açudes. Vejamos como a atitude do governo federal foi recepcionada pela *Brasil-Oeste*:

Consuma, assim, a anunciada “reforma agrária”, concebida nos bastidores do Palácio do Planalto, com a acessória de agitadores comunistas ou comunizantes, que impunemente convulsionam a nação.

³⁵ Revista *Brasil-Oeste*. Ano VIII, nº 80. Abril de 1963, São Paulo-SP, pp. 27.

³⁶ Decreto oficial nº 53.700 de 13 de Março de 1964, que teve como relator o então deputado Plínio de Arruda Sampaio. Como sabemos, devido ao Golpe Militar instaurado no dia 1º de abril do mesmo ano, o referido decreto não chegou a ser colocado em prática.



Aquêle diploma representa o ponto alto da irresponsabilidade dos atuais dirigentes do país. Eles sabem que a simples desapropriação de terras, para redistribuição (por venda ou doação) a lavradores, não resolve a questão agrária. De nada vale possuir a terra se não dispõe o lavrador de recursos para torná-la produtiva. E dêsse recursos não cogita o Govêrno.

No Govêrno Goulart o povo vem sendo afrontado nas suas necessidades mais prementes, diante do aumento incontrolável do custo da vida; espoliado nos seus direitos; ameaçado na sua sobrevivência, porque se tornam mais sombrios os dias que despontam e se reproduzem com freqüência alarmante os atentados à propriedade privada.³⁷

Observamos que a preocupação no que concerne à reforma agrária ou qualquer modificação estrutural fundiária era recorrente nos textos da *Brasil-Oeste*. Vale lembrar que essa postura não era exclusiva ao governo de Jango, pois, ainda no final do ano de 1960, sob o governo de Juscelino Kubitschek, (que incluía João Goulart como vice-presidente do país), a revista já mencionava termos como “*posturas comunizantes*”, tal como podemos observar no artigo escrito pelo engº agrônomo Arlindo de Sampaio Jorge. Esse autor se baseava em dois fundamentos para rebater a ideia de reforma agrária: o primeiro se dirige ao “homem simples”, o pequeno agricultor, que não possuía recursos e “habilidades” para uma produção considerável; num segundo momento, o articulista ‘acusa’ de comunistas, políticos progressistas ou de esquerda por fomentarem a ideia de redistribuição de terras:

Há duas classes de agricultores: o roceiro, que trabalha terra de sua propriedade ou arrendada; e o grande agricultor, que explora a terra fazendo agricultura dirigida, em suas propriedades. O primeiro pouco pode produzir devido à falta de recursos para aquisição de máquinas, implementos agrícolas, sementes e inseticidas [...] Retirar a terra dos proprietários (grandes ou pequenos) por meio de desapropriação ou confisco, para dividi-la, e entregá-la em pequenas áreas a homens ignorantes, faltos de conhecimentos agrícolas, é levar a Agricultura à ruína e o povo à fome [...]

Infelizmente, ouvem-se por tôda parte, sobretudo no Parlamento, representantes do povo defendendo a “reforma agrária”. Em muitos

³⁷ Revista Brasil-Oeste. Ano IX, nº 91. Março de 1964, São Paulo-SP. pp. 27.



*casos, entretanto, sob a máscara de nacionalismo vemos a manobra sorrateira do comunismo, fingindo defender os interesses do povo.*³⁸

Essa postura conservadora não era exclusivamente dedicada ao governo federal, uma vez que no âmbito estadual, quando um governo não favorecia os interesses da política liberal de compra e vendas de terras, os articulistas da *Brasil-Oeste* postulavam suas opiniões com certo radicalismo. Como bem observou Alcir Lenharo em relação ao artigo publicado na *Brasil-Oeste* sob o título de “Desestímulo à colonização de Mato Grosso”, o colunista da revista “critica o posicionamento do governador João Ponce de Arruda (PSD) por não confirmar as concessões expedidas pelo governo anterior de Fernando Correa da Costa (UDN)”³⁹. Vejamos um fragmento desse texto, assinado por “A.M.T”, que dizia o seguinte:

*[...] deverás lamentável em Mato Grosso, aventando dúvidas sobre os negócios de terras que estão fazendo as emprêsas colonizadoras. O que é pior, porém, é que essas dúvidas têm reflexos perniciosos em todos os negócios de terras, o que está criando desconfianças e incertezas com respeito às transações dêsse gênero em Mato Grosso.*⁴⁰

Essa atitude era recorrente nos artigos da revista, uma vez que a *Brasil-Oeste* tinha enorme preocupação com a comercialização liberal de terras consoante ao modelo de colonização particular, muito forte no período em apreço. Em anúncio de vendas de terras no norte de Mato Grosso nos primeiros números da revista, “o endereço da empresa anunciante é o mesmo da revista: Praça da Sé, 184, 4º andar, cj. 401, telefone 350594, São Paulo. A contracapa é tomada por um anúncio referido a Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro”, conforme já havia observado Lenharo⁴¹. De qualquer modo, não podemos ainda afirmar que havia de fato ligações empresariais entre as colonizadoras de terras e o grupo dirigente da revista, uma vez que a partir do ano de

³⁸ *Revista Brasil-Oeste*, Ano V, nº 52. Setembro de 1960, São Paulo-SP. pp. 26.

³⁹ LENHARO, ALCIR. *A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos. Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12. 1986. pp. 55.

⁴⁰ *Revista Brasil-Oeste*, Ano I, nº 06. Outubro de 1956, São Paulo-SP, pp. 23.

⁴¹ LENHARO, ALCIR. *A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos. Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12. 1986. pp. 57..



1959, os anúncios envolvendo esse ramo empresarial diminuíram consideravelmente, nos levando a crer que a ligação entre a *Brasil-Oeste* e a colonização de terras não pode ser encarada de modo tão direto.

De todo modo, é importante dizer que havia uma inclinação totalmente favorável por parte do grupo responsável pela *Brasil-Oeste* aos interesses da colonização particular dirigida por empresas, muito provavelmente em razão de que tal setor empresarial foi muito marcante nos anúncios publicitários publicados na revista.⁴²

Portanto, ainda que tenhamos selecionado apenas alguns fragmentos de artigos da *Brasil-Oeste*, apresentamos aqui depoimentos que julgamos expressivos e que revelam o posicionamento da revista em relação a problemas fundamentais da nação no período, especificamente a questão fundiária. Opondo-se de maneira muito clara às possíveis mudanças estruturais através das políticas de reformas de base propostas pelo governo de Jango, cremos que a suposta neutralidade ressaltada no discurso da revista não era refletida totalmente na prática, uma vez que o ideal de desenvolvimento por ela defendido (colonização particular de terras) sobressaia-se perante a sua ‘indiferença política e econômica’.

Isto pode caracterizar a revista como um instrumento em que ideais conservadores eram defendidos e que mantinha considerável distância de ideias mais progressistas do tipo *reforma agrária*, encarada como um empecilho à iniciativa particular e ao desenvolvimento agropecuário do Estado de Mato Grosso. A partilha de terras, a ideia de *reformas* incomodava os diretores e colaboradores do periódico, pois vinha de encontro àquilo que eles encaravam como modernização e desenvolvimento, isto é, o modelo liberal de comercialização de terras de Mato Grosso.

FONTES

⁴² Nos primeiros cinco anos de circulação da revista, uma parcela razoável dos anúncios publicitários da *Brasil-Oeste* vinha do setor de colonização e vendas de terras, fossem esses anunciantes colonizadoras propriamente ditas, ou imobiliárias que vendiam glebas e lotes dessas empresas. Entre esse período mencionado, a propaganda desse segmento representou o equivalente a 12,7% dos anúncios publicados na revista. Se for colocado em apreciação apenas o período que vai até o ano de 1959 (retirando o início da década de 1960 da análise), esse número aumenta para 16%.



DECRETO Nº 53.700, DE 13 DE MARÇO DE 1964. Disponível em: (<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>, acessado em 29 de janeiro de 2010)

Revista Brasil-Oeste, números:

Ano I, nº 01, Janeiro de 1956, São Paulo-SP.

Ano I, nº 06. Outubro de 1956, São Paulo-SP.

Ano V, nº 52. Setembro de 1960, São Paulo-SP.

Ano VIII, nº 80. Abril de 1963, São Paulo-SP.

Ano IX, nº 91. Março de 1964, São Paulo-SP.

SITE ACESSADO

IHU – Instituto Humanitas Unisinos. *Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira*. http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2421 acessado em 20 de janeiro de 2010.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

BARBOSA, Marialva, **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo.** Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990..

CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007.

DE LUCA, Tânia Regina. *História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos.* IN: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo/ Ed. Contexto, 2005.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;
REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Org.). **As esquerdas no Brasil**. v.2.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 2a ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEITE, Eudes Fernando. *Reforma Agrária* nas páginas da Revista Brasil-Oeste.
Revista Científica, Campo Grande, v. 02, n. 02, p. 68-72, 1995.

LENHARO, ALCIR. A *terra para quem nela* não trabalha: a especulação com a terra
no Oeste brasileiro nos anos. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12. 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Governo João Goulart: novos rumos da produção
historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n° 55, o, 245-263.

RIBEIRO, Ana Paula G., **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**, Rio
de Janeiro: E-papers.

RIBEIRO, Ana Paula G., Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa
carioca nos anos 1950, **Estudos Históricos - CPDOC/ FGV**, Rio de Janeiro, v. 31, p.
147-160, 2003..

SOARES, Gláucio Ary. “*O golpe de 64*”. In: SOARES, Gláucio Ary;
D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**.
Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista
Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e Democracia. As falácias do
revisonismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 27-48, 2006.

VILLA, Marco. **Jango**. Um perfil (1945-1964). Rio de Janeiro, Editora Globo, 2004.

Recebido em: 25/02/2011

Aprovado em: 01/12/2011